

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL PARA
SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO DO SERVIÇO FEDERAL DE
PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0309/2025

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, sociedade empresária com sede à Rua Bom Sucesso, nº 220, conjunto 4001- Tatuapé – São Paulo/SP, CEP 03305-000, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 06.540.857/0001-80, neste ato representada por seu advogado signatário, Dr. Pedro Henrique Ferreira Ramos Marques, inscrito no CPF sob o nº 310.724.348-57 e na OAB/SP sob o nº 261.130, com endereço eletrônico pedro@ramosmarques.com.br e telefone (11) 98537-3112, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO supra, a ser realizado pelo **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede na SGAN Quadra 601, Módulo V, Brasília/DF, CEP 70836-900, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 33.683.111/0001-07, com endereço eletrônico parceria-brokergeral@serpro.gov.br, pelos seguintes motivos.

1. DOS FATOS

O **SERPRO** tornou público o Edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0309/2025**, que tem como objeto a “seleção de pessoa jurídica de direito privado (empresas) que, em parceria com o SERPRO, possa explorar a oportunidade de negócio especificada no ANEXO I”:

“1.1 A oportunidade de negócio consiste na construção de uma solução nacional, segura e escalável para modernizar os processos de arrecadação e execução financeira da administração pública, por meio da implantação de um Broker de Pagamento Geral capaz de atender os entes federativos em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal).” (Anexo I)

As proponentes interessadas em participar do presente processo de contratação deverão enviar sua proposta e documentação de qualificação no endereço eletrônico parceria-brokergeral@serpro.gov.br até o dia **12.05.2025**. Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação para contratação na modalidade Credenciamento.

No entanto, a ora IMPUGNANTE considera que o presente instrumento convocatório está pautado em condições equivocadas e *contra legem* para ingresso de empresas interessadas no processo de seleção, estabelecendo um filtro de escolha travestido de inegável restrição de participação.

As mencionadas incorreções do Edital que aviltam a lisura do certame estão relacionadas com:

I – os critérios de pontuação como condicionante de qualificação técnica para classificação das propostas, previstos no **Subitem 3.1 do Anexo II**;

II – os excessivos requisitos para comprovação da capacidade técnico-operacional, previstos no **Anexo IV**.

Assim, não restou alternativa à IMPUGNANTE, senão apresentar IMPUGNAÇÃO ao Edital do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0309/2025** para que sejam revistas e reformuladas as disposições acima

pontuadas que inegavelmente – além de restringir o ingresso de potenciais proponentes no certame – infringem os preceitos assentados na **LEI Nº 13.303/16** e no próprio **RPON/SERPRO** por estabelecer critérios inibidores de participação, nos termos das razões a seguir aduzidas.

2. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO COMO CONDICIONANTE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Se faz forçoso destacar que o instrumento convocatório está congregando despropositados **critérios de pontuação como condicionante de qualificação técnica para classificação das propostas**, conforme se constata dos requisitos dispostos no **Subitem 3.1 do Anexo II**:

3.1 A classificação das propostas será realizada com base na soma da pontuação dos requisitos atendidos, conforme segue:

Qualificação Técnica	Pontos
Requisitos Funcionais	112
Requisitos de Capacidade	83
Requisitos de Sustentabilidade	39
Total	234

Tabela 1: pontuação dos requisitos de qualificação

Note-se que não consta do **Anexo II** nenhuma metodologia de como a pontuação dos requisitos foi dimensionada, o que remonta a uma subjetividade desprovida de lisura, já que as proponentes ficarão sem referências de como deverão comprovar suas qualificações técnicas de modo a atender os anseios do **SERPRO**.

A propósito, a forma vaga como estão elencados os requisitos (*funcionais, de capacidade e de sustentabilidade*) a serem demonstrados pelas proponentes, colide frontalmente com o **RPON/SERPRO**, o qual determina que a avaliação dos aspectos técnicos deve seguir as diretrizes

especificadas no instrumento convocatório e serem devidamente motivadas, conforme comando presente em seu **art. 17.1**:

“17.1 A avaliação dos aspectos técnicos e qualitativos das interessadas e de suas propostas deve seguir as seguintes diretrizes, a serem especificadas no edital de chamamento público conforme as especificidades da oportunidade de negócio:

- a) o edital pode estabelecer nota mínima de corte, recomendando-se, se for o caso, que seja entre 70% (setenta por cento) e 90% (noventa por cento) do total da pontuação possível;*
- b) é permitido exigir das interessadas e pontuar a visão de mercado e prospecções, a descrição analítica de suas propostas, com a indicação justificada das principais características e diferenciais, que permitam ao SERPRO aferir a proposta de negócio que lhe seja a mais vantajosa;*
- c) a avaliação dos aspectos referidos na alínea ‘b’ deve ser motivada por parte do SERPRO, especialmente diante do grau de subjetividade que é inerente à avaliação sobre a vantagem de diferentes propostas de negócio, apontando-se, objetivamente, as diferenças entre as propostas técnicas das interessadas e suas repercussões práticas;*
- d) quando possível, a análise dos aspectos indicados na alínea ‘b’, ainda que influenciada em alto grau por aspectos subjetivos, deve ser objetivamente parametrizada;*
- e) a avaliação de aspectos técnicos e qualitativos pode ser realizada, total ou parcialmente, em razão das experiências das interessadas e da comprovação de corpo técnico qualificado, observando-se o seguinte:” (grifos nossos)*

Nesse prospecto, é medida de rigor (e lisura) o **Anexo II** ser retificado para passar a constar as diretrizes de comprovação de qualificação

técnica a serem demonstradas pelas proponentes, de modo que a avaliação a ser feito pelo **SERPRO** possa seguir parâmetros concretos de aferição.

3. DOS EXCESSIVOS REQUISITOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

No tocante a **Capacidade Técnico-Operacional**, o instrumento convocatório está demandando requisitos desproporcionais e restritivos de comprovação, a exemplo do que se infere do **Item 9 do Anexo IV que impõe a demonstração de certificação em tecnologia blockchain**:

9	Experiência comprovada na implementação e operação da solução com tecnologias blockchain.	Assegurar a capacidade de operação de tecnologias blockchain.	Pontuação (Peso 07)
---	---	---	---------------------

Isso porque, a tecnologia blockchain é bastante específica e não indispensável para assegurar rastreabilidade, transparência e imutabilidade para registros financeiros e transacionais, o que denota que sua certificação como requisito de *Capacidade Técnico-Operacional (e ainda com pontuação em seu grau máximo)* restringe o universo potencial de proponentes.

Além disso, os **Itens 10 a 13 do Anexo IV exigem a comprovação de ISO em inúmeros setores** (*ISO 9001 – Gestão da Qualidade; ISO 37301 – Gestão de Compliance; ISO 27001 – Gestão da Segurança da Informação; ISO 27701 – Sistema de Gestão de Informações de Privacidade*):

10	Possuir certificação ISO 9001 – Gestão da Qualidade	Assegurar a capacidade de operação de processos bem estruturados, auditáveis e aprimorados continuamente.	Pontuação (Peso 05)
11	Possuir certificação ISO 37301 – Gestão de Compliance.	Assegurar que a interessada possui processos internos alinhados com padrões internacionais de conformidade regulatória e governança, mitigação de riscos e integridade nas transações.	Pontuação (Peso 05)
12	Possuir certificação ISO 27001 – Gestão da Segurança da Informação	Assegurar que a interessada possui políticas e processos internos de segurança e integridade das transações financeiras intermediadas, protegendo dados sensíveis e mitigando riscos de fraude e acesso não autorizado.	Pontuação (Peso 05)
13	Possuir certificação ISO 27701 – Sistema de Gestão de Informações de Privacidade	Assegurar que a interessada possui políticas e processos para em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	Pontuação (Peso 05)

Chama atenção que essa ampla certificação é tão específica que nem as instituições financeiras exigem das empresas prestadoras a comprovação de ISO em todos esses departamentos como requisito obrigatório para *Capacidade Técnico-Operacional*.

Essa condição de qualificação fará com que potenciais proponentes sejam desestimuladas de participar do presente Chamamento Público já que toda essa comprovação – *que não é essencial* – demandará custos desnecessários, o que afronta, inclusive, a **SÚMULA TCU 272**:

*“**SÚMULA TCU 272**: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.”*

Dessa forma, em prol da lisura que se espera do **SERPRO**, impõe-se a revisão dos requisitos para *Capacidade Técnico-Operacional*, de modo que sua comprovação não fique chanfrada de inegável restrição de ampla participação com comprometimento da livre concorrência.

4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, impõe-se a **SUSPENSÃO** do certame sob **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0309/2025** e a consequente **REFORMULAÇÃO** do presente Edital em conformidade com as razões acima articuladas, para que:

I – seja revisto e retificado o **Subitem 3.1 do Anexo II** (*e demais dispositivos correlatos*), de modo a readequar os critérios de pontuação como condicionante de *Qualificação*

Técnica para classificação das propostas, com apresentação das diretrizes a serem consideradas na avaliação dos aspectos técnicos e qualitativos das proponentes, em consonância com o disposto no **art. 17.1 do RPON/SERPRO**;

II – seja revisto e retificado o **Anexo IV** (*e demais dispositivos correlatos*), de modo a readequar os requisitos para *Capacidade Técnico-Operacional* sem impor comprovações específicas – a exemplo das certificações ISO – que restringem a ampla participação e infringem a **SÚMULA TCU 272**.

Outrossim, requer-se seja **REPUBLICADO** um novo instrumento convocatório com as devidas adequações, como forma de prestigiar a lisura do procedimento licitatório promovido pelo **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**.

Termos em que,
Pede-se deferimento.

Brasília, 02 de maio de 2025

PEDRO HENRIQUE
FERREIRA RAMOS

MARQUES:31072434
857

Assinado de forma digital por
PEDRO HENRIQUE FERREIRA
RAMOS
MARQUES:31072434857
Dados: 2025.05.05 15:31:19
-03'00'

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA

Pedro Henrique Ferreira Ramos Marques

OAB/SP nº 261.130



RAMOS MARQUES

— ADVOGADOS —

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, sociedade empresária com sede à Rua Bom Sucesso, nº 220, conjunto 4001- Tatuapé – São Paulo/SP, CEP 03305-000, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 06.540.857/0001-80, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Roberto José Reginato Lofreta**.

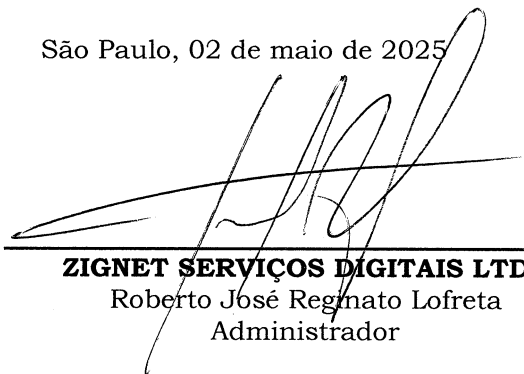
OUTORGADOS:

PEDRO HENRIQUE FERREIRA RAMOS MARQUES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 261.130; **ANDRÉIA LOVIZARO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.751; **RAFAEL PARODI FERRARESSO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 434.463 e **NATASHA RUBINSZTEJN DOMINGUES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 426.067; todos integrantes do escritório **RAMOS MARQUES ADVOGADOS**, sociedade de advogados inscrita na OAB sob registro nº 27108, com sede à Rua Gomes de Carvalho, nº 921, cj. 14, Vila Olímpia – São Paulo/SP, CEP 04547-003, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 31.252.077/0001-82, tel. (11) 3044-0476 e-mail pedro@ramosmarques.com.br.

PODERES:

São conferidos os poderes da Cláusula “*Ad Judicia*”, além dos poderes especiais para receber intimações, transigir e firmar acordos, receber e dar quitação, firmar compromissos, levantar valores depositados, enfim defender os interesses do outorgante em qualquer grau de Jurisdição ou Juízo, no polo ativo ou passivo, em qualquer tipo de demanda, judicial ou administrativa, e representá-lo ainda perante qualquer órgão privado ou público, federal, estadual e municipal, bem como para defendê-la ou propor ação em qualquer esfera Judicial, Cível, Trabalhista ou Comercial, **especialmente para ingressar com impugnação perante ao SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados, em face do edital de CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0309/2025 publicado pelo SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO.**

São Paulo, 02 de maio de 2025



ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA

Roberto José Reginato Lofreta
Administrador

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

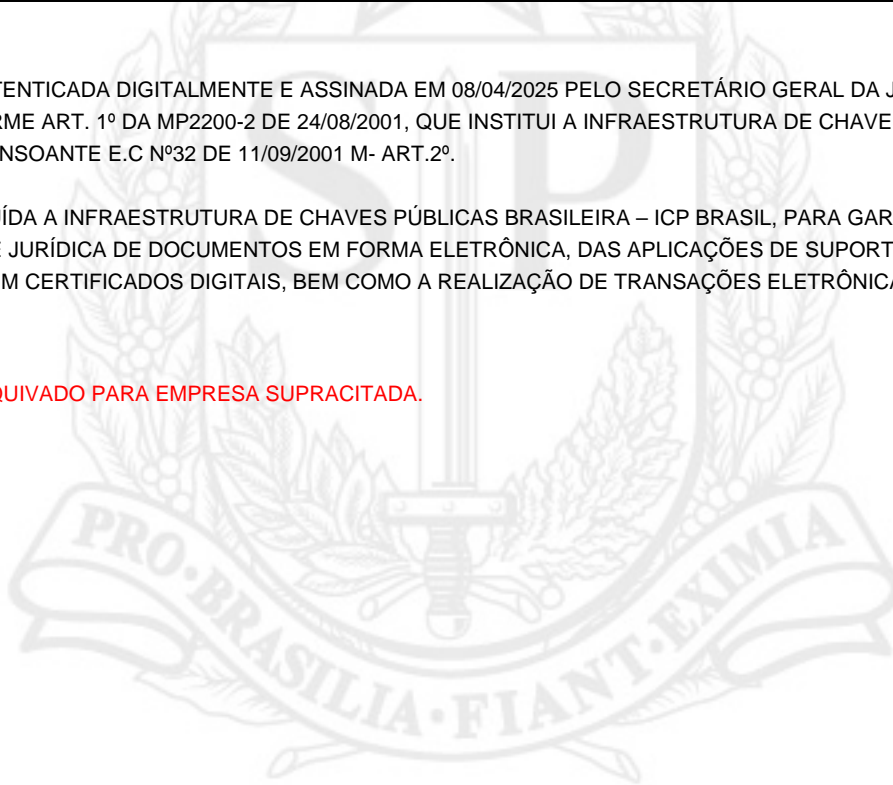
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL ZIGNET SERVICOS DIGITAIS LTDA		TIPO JURÍDICO LIMITADA UNIPESSOAL	
NIRE 35221676774	CNPJ 06.540.857/0001-80	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.106.977/25-7	DATA DO ARQUIVAMENTO 04/04/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 08/04/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 02:30:35	CÓDIGO DE CONTROLE 261970249
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 08/04/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.


ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

<p align="center">Protocolo Redesim</p> <p align="right">SPP2530418275</p> 
--

DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Consolidação da Matriz, Alteração de Nome Empresarial		
NOME EMPRESARIAL ZIGNET SERVICOS DIGITAIS LTDA		PORTE Demais
LOGRADOURO RUA BOM SUCESSO		NÚMERO 220
COMPLEMENTO CONJUNTO 4001	BAIRRO/DISTRITO CIDADE MAE DO CEU	CEP 03305000
MUNICÍPIO SÃO PAULO		UF SP
E-MAIL DIGITALIZACAO@CONFIDENCE.COM.BR		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1ª Exigência	CNPJ - SEDE 06540857000180	NIRE - SEDE 35221676774
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: ROBERTO JOSE REGINATO LOFRETA - Administrador DATA ASSINATURA: ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 263,58 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96



ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.

CNPJ nº 06.540.857/0001-80 - NIRE nº 35.221.676.774

Pelo presente instrumento particular,

LM PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 20.155.334/0001-41, com sede na Rua Bom Sucesso, nº 220 – Conjunto 4001 – Cidade Mãe do Céu – São Paulo – CEP: 03305-000 – SP, devidamente registrada na JUCESP sob nº NIRE 35.228.337.614, em sessão de 29/04/2014, neste ato representada por seu administrador **ROBERTO JOSÉ REGINATO LOFRETA**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG sob o nº 16.181.233-8 SSP/SP e do CPF sob o nº 050.642.298-44, residente e domiciliado na Rua Jorge Augusto, nº 83 – Conjunto 60 – Vila Centenário – São Paulo – CEP 03645-000 – SP;

Única sócia da **ZIGNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 06.540.857/0001-80, com sede na Rua Bom Sucesso, nº 220 – Conjunto 4001 – Cidade Mãe do Céu – São Paulo – CEP: 03305-000 – SP, registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35.221.676.774, em sessão de 10/08/2007 (“Sociedade”); resolve, na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos e condições:

1. ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE

A sócia decide alterar a denominação social da Sociedade, atualmente “ZIGNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.”, para “ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.”.

Em razão da deliberação acima, a “**Cláusula 1ª – DENOMINAÇÃO SOCIAL**” do Contrato Social da Sociedade passará a vigor com a seguinte redação:

“Cláusula 1ª – DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade girará sob a denominação social de: ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.”

2. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em consequência das deliberações descritas acima, o Contrato Social consolidado da Sociedade passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA DE FORMA LIMITADA UNIPESSOAL

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.

NIRE nº 35.221.676.774 - CNPJ nº 06.540.857/0001-80

Cláusula 1ª – DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade girará sob a denominação social de: ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.

Cláusula 2ª – SEDE SOCIAL E FILIAL: A sociedade tem sua sede e filiais:

MATRIZ: Rua Bom Sucesso, nº 220 – Conjunto 4001 – Cidade Mãe do Céu – CEP 03305-000 – São Paulo – SP;

Filial 01: Estabelecida no SRTVN – Quadra 701 – Conjunto C 124 – Sala 118 - Ala B – Centro Empresarial Norte – Asa Norte – Brasília – DF – CEP: 70719-030, registrada na JCDF sob o nº 53.900.386.67-7 em sessão de 20/09/2018 e inscrita sob o nº CNPJ 06.540.857/0003-42.

Filial 02: Estabelecida na Avenida Ceara, nº 79 – A Loja 05 – Cidade da Esperança – CEP 59071-110 – Natal – RN, registrada na JUCERN sob o nº 24.900.456.132 em sessão de 10/11/2022 inscrita sob o nº CNPJ 06.540.857/0006-95, podendo constituir filiais em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação dos sócios.

Cláusula 3ª – OBJETO DA SOCIEDADE: A sociedade e suas filiais têm por objeto social:

- (i) a exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento, criando regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento;
- (ii) exploração da atividade de instituição de pagamento:
 - a. disponibilizando serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento;
 - b. executando ou facilitando a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento;
 - c. gerindo conta de pagamento;
 - d. emitindo instrumento de pagamento pré-pago e pós-pago;
 - e. executando remessa de fundos; e
 - f. convertendo moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica.
- (iii) prestação de serviços em geral na área de meios eletrônicos de pagamento;
- (iv) atuação como subcredenciador, habilitando recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição

financeira participante de um arranjo de pagamento aberto, sem participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor;

- (v) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;
- (vi) a aquisição de direitos creditórios;
- (vii) a prestação de serviços de correspondente bancário;
- (viii) a atividade de coletor de pagamentos internacional;
- (ix) o fornecimento de administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos, ou outros oriundos de tecnologias adequadas, existentes ou em criação, incluindo assessoria e consultoria dos respectivos serviços.

Cláusula 4ª – DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES: A duração da sociedade é por prazo indeterminado e início das atividades em 01/07/2004 conforme o registro e arquivamento do instrumento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Cláusula 5ª – CAPITAL SOCIAL: O Capital Social é de R\$ 3.444.000,00 (três milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), dividido em 3.444.000 (três milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil) quotas sociais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado pela única sócia, em moeda corrente do País, ficando assim distribuído:

Nome	Quotas	Valor R\$	%
LM PARTICIPAÇÕES LTDA.	3.444.000	3.444.000,00	100,0
Total.....	3.444.000	3.444.000,00	100,0

Cláusula 6ª – TIPO E FORMA DE RESPONSABILIDADE: A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela integralização do capital social, como dispõe o artigo 1.052 do Código Civil.

Cláusula 7ª – TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas sociais e seus respectivos frutos são indivisíveis, gravadas com as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, podendo ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente com a anuência do sócio.

Cláusula 8ª – ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE: A administração da sociedade será exercida individualmente pelo Administrador Sr. **ROBERTO JOSÉ REGINATO LOFRETA**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG sob o nº 16.181.233-8 SSP/SP e do CPF sob o nº 050.642.298-44, residente e domiciliado na Rua Jorge Augusto, nº 83 – Conjunto 60 – Vila Centenário – São Paulo – CEP 03645-000 – SP, o qual está investido dos mais amplos, gerais e ilimitados poderes de gerência para validamente obrigar a empresa, praticando todos os atos e operações necessárias a esse fim e em especial.

- a) Representar a empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

- b) Contratar com bancos, caixas econômicas e outras instituições de crédito, com ou sem garantia;
- c) Celebrar quaisquer contratos, incluindo aqueles de locação de imóveis, estipulando direitos e obrigações e assinados os instrumentos respectivos: títulos e crédito, ordens de pagamento, aceitar notas promissórias, sacar, aceitar e endossar quaisquer títulos de crédito no interesse social;
- d) Endossos e avais bancários, bem como a emissão de cheques;
- e) Nomear em nome da sociedade “ad judicial” ou “ad negotia”.

É expressamente vedado o uso ou emprego da empresa em avais, abonos, endossos ou quaisquer documentos olheiros aos interesses sociais, ou mero favor, sob pena de nulidade de pleno direito em relação à responsabilidade social.

Cláusula 9ª – OUVIDORIA: A Sociedade constituirá e manterá departamento de ouvidoria para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Parágrafo Primeiro - Observada a regulamentação em vigor, o componente organizacional de ouvidoria poderá ser único para todas as empresas que façam parte do conglomerado financeiro da Sociedade.

Parágrafo Segundo - O componente organizacional de ouvidoria será segregado da unidade executora da atividade de auditoria interna.

Parágrafo Terceiro - Constituem atribuições da Ouvidoria:

- (i) prestação de atendimento de última instância às demandas dos clientes usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da Sociedade; e
- (ii) atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Parágrafo Quarto - As atribuições da ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- (i) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- (ii) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para serviços;
- (iii) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; e
- (iv) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los.

Parágrafo Quinto - O atendimento prestado pela Ouvidoria:

- (i) deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante;
- (ii) deve ser gravado, quando realizado por telefone, e quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação;
- (iii) pode abranger: (i) excepcionalmente, as demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; e (ii) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas.

Parágrafo Sexto - O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação.

Parágrafo Sétimo - Compete aos sócios designar o Ouvidor, sendo permitido ao responsável pela Ouvidoria, desde que não haja conflito de interesses, desempenhar outras atividades na instituição, exceto administração de recursos de terceiros.

Parágrafo Oitavo - O ouvidor terá mandato de 36 (trinta e seis) meses, permitida a reeleição.

Parágrafo Nono - O ouvidor será designado consoante os seguintes critérios:

- (i) ter reputação ilibada;
- (ii) não estar impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- (iii) formação em curso de nível superior;
- (iv) amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições representadas e dos seus produtos, serviços, processos, sistemas etc.;
- (v) capacidade funcional de assimilar as questões que são submetidas à ouvidoria, fazer as consultas administrativas aos setores cujas atividades foram questionadas e direcionar as respostas obtidas em face dos questionamentos apresentados; e
- (vi) condições técnicas e administrativas de dar atendimento às demais exigências decorrentes do normativos editados sobre as atividades da ouvidoria.

Parágrafo Décimo - O ouvidor poderá ser destituído a qualquer tempo durante a vigência do seu mandato nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo;

- (ii) desempenho aquém daquele esperado;
- (iii) deixar de observar um dos requisitos previstos no Parágrafo Nono acima;
- (iv) em razão de demissão; e
- (v) quando figurar em escândalos, indiciamentos, investigações criminais que causem ou possam causar potencial dano de imagem à Sociedade.

Parágrafo Décimo Primeiro - O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar relatório semestral, relativo às atividades da ouvidoria, nas datas bases de 30 de junho e 31 de dezembro e sempre que identificada ocorrência relevante, o qual deverá ser elaborado de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil e encaminhado à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e à Diretoria.

Parágrafo Décimo Segundo - A Sociedade assume o compromisso de:

- (i) criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- (ii) assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo Décimo Terceiro - A Sociedade divulgará semestralmente, em sua página na internet, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

Cláusula 10ª – REMUNERAÇÃO DO SÓCIO: O sócio unipessoal ou seu administrador poderão fixar retirada mensal a título de pró-labore, mediante acordo firmado entre os mesmos.

Cláusula 11ª - DESIMPEDIMENTO DO SÓCIO: O sócio unipessoal e o administrador declara(m), sob as penas da lei, não estar(em) incurso(s) em nenhum dos crimes previstos que o(s) impeça(m) de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal. Revela(m) não estar(em) sendo processado(s), nem condenado(s) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula 12ª – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS FINANCEIROS: A sociedade não terá conselho fiscal, adotando como exercício social o ano civil, com término em 31 (trinta e um) de dezembro, data em qual será levantado o balanço geral anual, observadas as disposições legais vigentes. Ficando expressamente permitida a antecipação de lucros, bem como a sua distribuição de forma desproporcional. Fica o sócio, responsável pela cobertura de eventuais prejuízos apurados no encerramento do exercício, conforme artigo 1.059 do Código Civil.

Cláusula 13ª - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE: A Sociedade poderá ser dissolvida por livre iniciativa dos sócios, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou, caso queira, indicará um liquidante, ditando-lhe a forma da liquidação. Solvidas as dívidas e

extintas as obrigações referentes à Sociedade, todo o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

Cláusula 14ª – FORO: Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor, ficando eleito o foro da cidade de São Paulo - SP, para o exercício e resolução das questões oriundas a este instrumento.

Cláusula 15ª – REGÊNCIA SUPLETIVA: O presente instrumento é regido pela legislação em vigor concernente às sociedades limitadas, aplicando-se supletivamente as disposições da Lei das S.A. (Lei 6.404, de 15/12/1976) e suas alterações.

O presente instrumento é assinado, de forma eletrônica, para um só efeito.

São Paulo - SP, 06 de março de 2025.

Sócia:

"Assinado Digitalmente"

LM PARTICIPAÇÕES LTDA.
Administrador - Roberto José Reginato Lofreta

Administrador:

"Assinado Digitalmente"

ROBERTO JOSÉ REGINATO LOFRETA

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

O nome indicado para assinatura, bem como seu status em 26/03/2025 é:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
<u>Atos Contitutivos e alterações.pdf</u>			
ROBERTO JOSE REGINATO LOFRETA	05064229844	26/03/25 17:36	AC SAFEWEB RFB v5 / PDF-1.7

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPP2530418275

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2530418275** de Consolidação da Matriz, Alteração de Nome Empresarial e Alteração de Dados da empresa **ZIGNET SERVICOS DIGITAIS LTDA**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Carla Cristina Oliveira Costa Lugo**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 04/04/2025.

Carla Cristina Oliveira Costa Lugo, CPF: 25778824831

Este documento foi assinado digitalmente por Carla Cristina Oliveira Costa Lugo e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2530418275.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **ZIGNET SERVICOS DIGITAIS LTDA de NIRE 35221676774**, protocolizado sob o número **SPP2530418275** em **04/04/2025**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1106977257**.

Assina o registro a Secretário(a)-Geral **Aloizio Epifanio Soares Junior**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 04/04/2025.

Aloizio Epifanio Soares Junior, CPF: 40689779844

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP

Fone: (11) 3468-3080